

ORIGENS LENDÁRIAS DA MAÇONARIA INGLESA COMO FORMA DE RESISTÊNCIA À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DO REI EDUARDO III

(LEGENDARY ORIGINS OF ENGLISH FREEMASONRY AS A FORM OF RESISTANCE TO THE LABOR LEGISLATION OF KING EDWARD III)

Luiz Marcelo Viegas ¹

Resumo

Na Europa do século XIV, os maçons levavam consigo manuscritos que continham a suposta história de origem da maçonaria operativa. Os mais antigos desses manuscritos são o Manuscrito Halliwell, datado de aproximadamente 1390, e o Manuscrito Cooke, de 1410. Nosso estudo comparativo da história da origem da maçonaria presentes nesses manuscritos com o *Ordinance of Laborers* de 1349 e o *Statute of Laborers* de 1351 objetiva identificar uma provável forma de resistência desses profissionais da construção às restrições impostas aos trabalhadores após a Peste Negra de 1348-49.

Palavras-chaves: Idade Média; Inglaterra; Maçonaria; Resistência.

Abstract

In 14th century Europe, Freemasons took with them manuscripts that contained the supposed origin story of Operative Freemasonry. The oldest of these manuscripts are the Halliwell Manuscript, dating from approximately 1390, and the Cooke Manuscript, from 1410. Our comparative study of the history of the origin of Freemasonry present in these manuscripts with the Ordinance of Laborers of 1349 and the Statute of Laborers of 1351 aims to to identify a probable form of resistance of these construction professionals to the restrictions imposed on workers after the Black Death of 1348-49.

Keywords: England; Masonry; Middle Age; Resistance.

¹ Graduado em Administração pela PUC-MG (2017). cursando Licenciatura em História pela PUC-MG e Especialização em História Antiga e Medieval pela UERJ. Especialista em Maçonologia pela Uninter (2019).

E-mail: luizmarceloviegas@hotmail.com

1. Introdução

No século XIV, a Europa ocidental foi atingida por uma série de infortúnios: diversas crises de fome e surgimento de pragas - a mais mortal delas a Peste Negra -, além da ocorrência de guerras, como a Guerra dos Cem Anos entre Inglaterra e França. Tais acontecimentos ocorreram após um grande ciclo de prosperidade, onde se observou, por exemplo, o desenvolvimento de novas técnicas agrícolas que vieram proporcionar um substancial aumento na produção de alimentos, a consequente elevação demográfica na região, o reflorescimento dos centros urbanos e a construção das grandes catedrais, objetos de enorme admiração mesmo nos dias atuais.

Segundo o cronista Raul Glaber essa parte do mundo foi palco, a partir do século XI, da multiplicação das igrejas: cada cidade queria ter a sua, de preferência maior e mais suntuosa do que a da cidade vizinha. Iniciando na Itália e na França, essas edificações irão se espalhar pelo continente, com o surgimento de novas técnicas e modelos arquitetônicos. Na Paris do século XII, o abade Suger apresenta ao mundo a nova igreja de Saint Denis, reconstruída no estilo gótico.² A partir de então, a "mais régia das igrejas", como foi classificada pelo historiador francês Georges Duby (1979, p. 104), passaria a ser o modelo seguido na construção das catedrais pela Europa, prevalecendo sobre o estilo românico até então vigente.

A tecnologia do uso de pedras na construção é levada para a Inglaterra a partir da contratação, pela Igreja e por senhores que tinham posses para tal, de pedreiros vindos do continente. Conhecidos como maçons,³ esses construtores, responsáveis pela edificação de castelos, muralhas e catedrais cada vez mais altas, ainda hoje atraem a atenção de historiadores e do público em geral, em virtude dos supostos segredos que carregavam e da própria origem do ofício.

Os centros urbanos ingleses, assim como outras cidades da Europa ocidental, são o local onde, a partir do século XIII, mercadores, artesãos, ferreiros, sapateiros, entre outros profissionais, iniciam a formação de suas respectivas corporações de ofício, também

conhecidas como guildas. Nelas, eram definidas as regras de comercialização dos produtos, o "controle de qualidade" da produção, as formas de contratação de aprendizes, entre outros detalhes relacionados a cada uma das profissões, além da garantia de ajuda mútua em caso de necessidade, principalmente financeira. Porém, a exceção se dá no caso dos maçons, para os quais não havia uma corporação específica, seja pelo caráter peregrino que tinha esse trabalhador, sempre em trânsito em busca de trabalho, ou pelo reduzido número que as cidades tinham de profissionais iniciados nesse ofício.

Contudo, sabemos que, ao menos a partir da última década dos anos 1300, alguns desses construtores levavam consigo uma espécie de pergaminho em que estava presente, além de suas obrigações, seus estatutos e a história de origem do seu ofício, chamado de maçonaria. Desses documentos, conhecidos como as Old Charges, os mais antigos são o Manuscrito Halliwell ou Poema Regius, datado de aproximadamente 1390, e o Manuscrito Cooke, de 1410.

Analisaremos nesse artigo, além dos dois manuscritos, a legislação trabalhista do reinado de Eduardo III: a *Ordinance of Laborers* de 1349 e o *Statute of Laborers* de 1351. O capítulo I do estatuto promulgado pelo parlamento inglês em 1425, durante o reinado de Henrique VI, também será comentado.

As duas primeiras leis, a *Ordinance of Laborers* e o *Statute of Laborers*, foram a resposta do rei e do parlamento inglês ao caos que se instaurou após a Peste Negra de 1348-49. A grande mortandade provocada pela Peste devastou a população na ilha, reduzindo drasticamente a mão-de-obra disponível, provocando aumento substancial no preço dos alimentos e no valor dos salários cobrados pelos trabalhadores que sobreviveram à praga. A *Ordinance of Laborers* visava regular os pagamentos pelos serviços de diversos profissionais, como também estipular as penalidades para quem viesse a infringir a lei; o *Statute of Laborers* de 1351 foi a confirmação pelo Parlamento inglês da *Ordinance* de 1349. Já o capítulo I do estatuto de 1425 trata especificamente da situação dos maçons, condenando e reforçando a proibição da realização de assembleias por parte dos membros do

² Nome dado pelos renascentistas italianos àquele estilo arquitetônico medieval, o qual achavam bárbaro, sendo assim relacionado aos godos.

³ "Sobre a origem do termo maçom poucas são as dúvidas: ele vem do francês medieval (maçon ou masson) e designa um trabalhador de construção. No francês moderno maçom significa pedreiro, mas essa acepção não deve ser aceita para o período medieval, em que se referia àquele que trabalhava com pedras e, por extensão, em construções de grande vulto, e mesmo aos escultores, não se aplicando aos que lidavam com cal e tijolo." (SILVA, 1975, p. 112).

ofício.

O estudo comparativo entre a história da origem da maçonaria presente nos dois manuscritos e as leis de 1349 e 1351 objetiva identificar a suposta forma de resistência dos maçons às restrições impostas aos trabalhadores após a Peste Negra que atingiu a Inglaterra ao fim da primeira metade do século XIV. Já o capítulo I do estatuto de 1425 seria a tentativa da coroa inglesa de controlar o comportamento dos maçons, uma vez que continuavam em desobediência ao que havia sido estipulado anteriormente.

Para a compreensão dessas relações sociais na Inglaterra do século XIV, o artigo irá abordar a Peste Negra e suas consequências; além de assinalar os pontos dos manuscritos Halliwell e Cooke que, possivelmente, sejam o caminho adotado pelos maçons para não se submeterem à legislação trabalhista de Eduardo III, preservando sua autonomia na definição dos salários e diferenciando-se dos demais trabalhadores.

2. Do ano 1000 à crise do século XIV

Na virada do ano 1000, com o fim das invasões bárbaras e a instalação da Paz de Deus, a Europa ocidental é palco de crescimento na economia, aumento da população e da atividade construtora, principalmente de igrejas. Segundo o cronista Raul Glaber,

Ao aproximar-se o terceiro ano que se seguiu ao ano mil, viu-se por toda a terra, mas sobretudo na Itália e Gália, renovar-se as basílicas das igrejas; ainda que a maioria, assaz bem construídas, disso não necessitassem, uma rivalidade conduzia cada comunidade cristã a possuir uma mais suntuosa do que as outras. Era como se o próprio mundo se tivesse sacudido e, despojando sua velhice, tivesse se revestido por toda parte com um manto branco de igrejas (Histórias, L. V, cap. 5 apud SILVA, 1975, p. 125).

Diferentemente do que ocorria no continente, na Inglaterra não havia o costume da utilização de pedras nas edificações. Os principais materiais utilizados eram a madeira e a argila, sendo responsáveis pelas obras os carpinteiros e pintores, e não, como seria de se supor, os pedreiros. Acredita-se que a técnica de construção com a utilização de pedras foi introduzida

na ilha pela Igreja (KNOOP; JONES, 1947), que importava mão-de-obra especializada, provavelmente da França, mão-de-obra esta que veio a transmitir seu conhecimento para alguns nativos. Após a conquista normanda, não só as igrejas, mas também muralhas, pontes e castelos passam a ser erigidos empregando a técnica do uso de pedras, com o setor de construção tornando-se a “primeira indústria” do período medieval, estimulando a economia através da

[...] produção de grandes matérias-primas (pedra, madeira, ferro), o desenvolvimento de técnicas e a fabricação de ferramentas para extração, transporte, a construção de materiais de tamanho e peso consideráveis, o recrutamento de mão-de-obra, o financiamento de obras, tudo isto feito em canteiros de obras (e não apenas em catedrais). mas também inúmeras igrejas de todos os tamanhos, edifícios para uso econômico: pontes, celeiros, corredores e casas ricas cada vez mais construídas de pedra (SILVA, 1975, p. 124).

Todavia, apesar do florescimento dos centros urbanos, a maioria da população inglesa ainda permanecia no meio rural no século XIV, sendo que “em algumas áreas 95% da população vivia no campo” (LEGUAY, 2008, p. 103, tradução nossa). Segundo Michael Prestwich (2005), dos 600 centros urbanos, algo em torno de 100 a 150 localidades poderiam ser consideradas como cidades. Os demais 500 a 450, não passavam de vilas ou pequenos vilarejos. Com exceção de Londres (80.000 habitantes), York, Norwich, Bristol (entre 10.000 e 20.000 habitantes), a maioria delas não chegava a ultrapassar 2.000 habitantes.

Essas localidades, independente do tamanho, tinham em comum a existência das corporações de ofício (guildas), responsáveis por organizar a estrutura econômica local. Segundo Knoop e Jones (1947), o nome “corporação de ofício” é uma invenção dos economistas do século XIX que pretendiam, assim, diferenciar a organização que se preocupava exclusivamente com a regulamentação de um comércio ou ofício específico, de uma outra existente no período medieval: a corporação mercantil, que reunia diversos profissionais e se dedicava sua atenção para o comércio da cidade como um todo.

As guildas eram organizações protecionistas e reguladoras, e tinham por objetivo “manter os pa-

drões e garantir que não houvesse ameaça de estranhos ao seu sustento. A competição era estritamente limitada; os padrões de aprendizagem foram firmemente estabelecidos” (PRESTWICH, 2005, p. 486, tradução nossa). Surgidas, provavelmente, durante o século XIII, eram divididas de acordo com o ofício: havia as guildas dos sapateiros, dos açougueiros, dos mercadores, etc.

Porém, com exceção da cidade de Londres, não há indícios da existência de guildas de maçons em outros centros urbanos da Inglaterra. Tal fato pode ser explicado por dois fatores: o pequeno número de pedreiros nas cidades; e, o caráter peregrino que a profissão exigia, fazendo com que esses profissionais estivessem sempre se movendo em busca de trabalho.

Outro dado que demonstra a provável inexistência de uma corporação que agregasse os maçons é a diversidade de salários antes de 1349:

No Castelo de Caernarvon em 1304, havia 53 pedreiros na folha de pagamento recebendo 17 taxas de pagamento diferentes; em outubro de 1316, havia 24 pedreiros recebendo 12 diferentes taxas de pagamento. Na Abadia Real de Vale e no Castelo de Windsor, a diversidade era quase tão grande: na primeira, no verão de 1280, 51 pedreiros eram empregados em 13 taxas diferentes; no último, em 1344, 76 maçons eram empregados em 13 taxas diferentes (KNOOP; JONES, 1947, p. 13, tradução nossa).

A prosperidade alcançada pela Europa desde a virada do milênio, começa a declinar a partir da segunda metade do século XIII quando, a queda na produção agrícola e a fome, iniciaram um ciclo vicioso de perdas de vidas em áreas menos favorecidas. Na Inglaterra, as péssimas colheitas de 1314-17, com a consequente escassez de alimentos, resultou na morte de aproximadamente 15% da população. Já em 1348 a ilha é atingida pela epidemia da Peste Negra, que dizimou cerca de 45% dos seus habitantes (PRESTWICH, 2005). A fome, a Peste Negra e as guerras, resultaram na redução acentuada dos níveis populacionais das cidades, o que levou automaticamente à redução da mão-de-obra especializada disponível e a consequente elevação dos salários cobrados.

O custo crescente da mão de obra foi generalizado. Em Londres, por exemplo, um grupo de empregados de padeiros foi acusado de concordar que não trabalhariam mais a menos que recebessem duas ou três vezes o salário anterior. Houve uma conspiração semelhante entre os ajudantes dos sapateiros (PRESTWICH, 2005, p. 548, tradução nossa).

No caso dos maçons, a edificação das grandes catedrais já vinha sofrendo uma queda considerável nos finais do século XIII. A partir da Peste Negra a situação se deteriora. Nem mesmo o crescimento, observado nesse período, das construções civis (palácios, mansões e edifícios públicos), mais suntuosas do que as construções antes da Peste, não compensam os ganhos que obtinham anteriormente (SILVA, 1975).

3. A legislação trabalhista no reinado de Eduardo III

A escassez de profissionais no mercado fez com que não só os maçons, mas também outras profissões se tornassem ainda mais fechadas, com suas respectivas guildas exercendo forte controle sobre quem poderia exercer o ofício.

De uma forma geral, observou-se um cenário de conflitos sociais, políticos e econômicos em decorrência do caos que se seguiu à Peste Negra.

[...]movimentos comprovam a atmosfera de mal-estar profundo e generalizado, explicável pelo fato de às tendências à depressão se somar uma crise aguda de mão-de-obra decorrente da mortalidade provocada pela epidemia e suas numerosas reincidências, daí resultando oscilações bruscas nos preços e uma alta violenta dos salários, ocasionando protestos gerais aos quais os poderes públicos procuraram atender através de uma série de medidas legislativas visando ao controle de preços e salários, além de determinações de combate à ociosidade e de regulamentação das relações entre empregadores e assalariados, objetivando melhor distribuir a mão-de-obra disponível (SILVA, 1975, p. 129).

3.1. Ordinance of Labourers

Buscando reduzir os danos advindos em decorrência da Peste e trazer alguma ordem nas relações de trabalho, o rei Eduardo III promulga a Ordinance of Labourers em 1349, limitando os tetos salariais aos valores pagos no período anterior à pandemia.

A seguir, destacamos alguns pontos dessa lei:

O rei ao xerife de Kent, cumprimentando. Porque uma grande parte do povo, e especialmente de trabalhadores e servos, morreu tarde da peste, muitos vendo a necessidade de senhores e grande escassez de servos, não servirão a menos que recebam salários excessivos, e alguns preferem mendigar na ociosidade, do que no trabalho para ganhar a vida; nós, considerando as graves incomodidades, que da falta especialmente de lavradores e tais trabalhadores podem vir a seguir, temos deliberado e tratado com os **prelados e os nobres, e homens eruditos** que nos ajudam, de seu conselho mútuo ordenado:

Que todo homem e mulher de nosso reino da Inglaterra, [...] não servindo a qualquer outro, se ele em serviço conveniente, sua propriedade considerada, for obrigada a servir, ele será obrigado a servir a ele que assim o solicitar; e receba apenas o salário, [...] que costumava ser dado nos lugares onde ele deve servir, no vigésimo ano de nosso reinado da Inglaterra, ou cinco ou seis outros anos comuns imediatamente antes [...] e se tal homem ou mulher, sendo assim obrigado a servir, não o faz, sendo testemunhado por dois homens de bem perante o xerife ou os policiais da cidade onde o fato ocorrer, ele será imediatamente levado por eles ou qualquer um deles, e entregue à prisão mais próxima, para ali permanecer sob custódia, até que ele encontre garantia para servir na forma acima mencionada.

[...]

Item, que nenhum homem pague, ou prometa pagar a qualquer servo, mais em salários [...] do que era costume [...]

[...] Item, se os senhores das cidades ou feudos presumirem em qualquer ponto vir contra este decreto presente, seja por eles, ou por seus servos, então a ação será feita contra eles nos condados [...] se alguém

antes desta presente ordenação tiver feito convênio com alguém para servir por mais salários, ele não será obrigado, por causa do mesmo convênio, a pagar mais do que em qualquer outro momento era o costume de pagar a tal pessoa [...]

Item, que [...], carpinteiros, **pedreiros de alvenaria [...] e outros artesãos e trabalhadores**, não devem tomar para o seu trabalho [...] acima do que estava destinado a ser pago a tais pessoas no referido vigésimo ano, e outros anos comuns anteriores [...]

[...]

Nós lhe ordenamos, prescrevendo com firmeza, que todas as instalações nas cidades, bairros, vilas mercantis, portos marítimos e outros lugares em seu reduto, onde você achar conveniente, tanto dentro das liberdades como fora, você faça ser publicamente proclamado, e para ser observado e devidamente executado como acima mencionado; e isso de forma alguma omite, visto que você nos considera e o bem comum de nosso reino, e se salvaria de maneira inofensiva. Testemunhe o rei em Westminster, no dia 18 de junho. Pelo próprio rei e por todo o conselho.

Como mandados são dirigidos aos xerifes em toda a Inglaterra.

O rei ao reverendo padre em Cristo W. pela mesma graça, bispo de Winchester [...] rogamos-lhe que as instalações em cada uma das igrejas e outros lugares de sua diocese, que você deve pense conveniente, você faça com que seja publicado; informados os pastores, vigários, ministros de tais igrejas e outros abaixo de você, para exortar e convidar seus paroquianos por meio de advertências salutares, para trabalhar e observar as ordenanças acima mencionadas, como a presente necessidade exige: e que você faça da mesma forma moderar o estipendiário os capelães da vossa diocese, que, como se diz, agora também se recusam a servir sem um salário excessivo; e obrigá-los a servir pelo salário habitual, como lhes convém, sob pena de suspensão e interdição. [...] (The Ordinance of Labourers. In: GREAT BRITAIN. The House of Commons of Great Britain, The statutes of the realm, vol. I, 1965, p. 307-308, tradução nossa; grifo nosso).

No documento original, em latim, a *Ordinance* se refere aos construtores como *cementarii*, e na tradução do documento para o inglês são mencionados como *masons* (maçons). Porém, para Victor Deodato da Silva (1975), a palavra latina se indica “pedreiros de alvenaria” e não os profissionais que trabalham com construções em pedra. Contudo, pode-se entender que estejam inclusos na expressão genérica “outros artesãos e trabalhadores”.

Importante para nossa análise também é a menção a prelados, nobres e homens eruditos, como sendo aqueles que auxiliam o rei na resolução do problema. Veremos que, nos manuscritos, os maçons irão procurar se vincular a esses grupos.

3.2. Statutes of Labourers

Em 1351, o Parlamento inglês confirma, através dos *Statutes of Labourers*, o que havia sido previsto na *Ordinance*. Porém, desta feita os maçons são citados diretamente no item que trata da limitação do salário a ser pago aos mestres maçons e outros membros do ofício da construção. Vejamos alguns trechos dessa lei:

[...] contra a malícia dos servos, que estavam ociosos, e não dispostos a servir após a pestilência, sem receber salários excessivos [...] nosso senhor o rei, e pelo consentimento dos prelados, nobres e outros de seu conselho, que tal tipo de servos, tanto homens quanto mulheres, devem ser obrigados a servir, recebendo salário e salários, acostumados em lugares onde deveriam servir no vigésimo ano do reinado do rei que agora é, ou cinco ou seis anos antes; e que os mesmos servos que se recusam a servir dessa maneira devem ser punidos com a prisão de seus corpos, como no referido estatuto está mais claramente contido [...] e agora, na medida em que é dado ao rei entender no presente parlamento, pela petição da comunidade, que os ditos servos não tendo em conta o dito decreto, mas para sua comodidade e singular cobiça, se retirem para servir os senhores e outros, a menos que tenham [...] salários ao dobro ou triplo do que costumavam tomar no referido vigésimo ano, e antes, para grande prejuízo dos senhores, e empobrecimento de todos os ditos comuns, dos quais a dita comunhão reza o remédio: portanto, no referido parlamento, **pelo**

consentimento dos ditos prelados, condes, barões e outros senhores, e da mesma comunidade ali reunidos, para refrear a malícia dos servos, sejam ordenados e estabelecidos as coisas subscritas:

[...]

Item, que carpinteiros, maçons e ladrilheiros, e outros trabalhadores de casas, não devem receber mais por dia de seu trabalho, mas da maneira como era de costume, ou seja: um mestre carpinteiro 3 pence, outro 2 pence; e **o mestre maçom 4 pence, outros maçons 3 pence e seus ajudantes 1 pence** [...] (*The Statutes of Labourers*. In: GREAT BRITAIN. *The House of Commons of Great Britain, The statutes of the realm*, vol. I, 1963, p. 311-312, tradução nossa; grifo nosso).

Para Victor Deodato da Silva (1975) essas medidas tiveram um grande reflexo no comportamento dos maçons, que passam a procurar uma forma de defender seus interesses comuns, uma vez que não possuíam uma entidade corporativa que até então os representasse. A partir de então passa-se a observar uma uniformidade “nas diferentes operações de construção em várias partes do país” (KNOOP; JONES, 1947, p. 16, tradução nossa), em claro contraste ao que foi descrito anteriormente, quando tratamos sobre a diversidade de salários pagos a esses profissionais mesmo quando trabalhando em um mesmo local.

3.3. Os manuscritos Halliwell e Cooke

De acordo com G. P. Jones (2008), os maçons ingleses podem ter formado uma organização no século XIV e cita os documentos da época, relacionados ao ofício, que se referem a uma assembleia a que eram obrigados a comparecer. Tais documentos fazem parte de uma série de manuscritos que hoje conhecemos como *Old Charges*, relacionados à maçonaria operativa inglesa, sendo os mais antigos o *Manuscrito Halliwell* e o *Manuscrito Cooke*.

3.3.1. *Manuscrito Halliwell*

Datado de 1390, o *Halliwell* é o mais antigo entre os manuscritos que compõem as *Old Charges* e, assim como os demais, tinha sua circulação provavelmente restrita aos membros do ofício.

Foi publicado pela primeira vez em 1840 por James O. Halliweel, e daí vem o seu nome. Adquirido pelo rei Charles II, fez parte da biblioteca real até 1859, quando então foi doado pelo rei inglês ao Museu Britânico. É um poema em octossílabos e, segundo Ferré (2003), provavelmente escrito por um clérigo com grandes conhecimentos sobre a maçonaria daquele período.

Seu texto divide-se em seis partes: a história lendária do ofício; seus estatutos; a lenda dos Quatro Coroados; uma história sobre a torre de Babel; um trecho sobre as sete artes liberais; e, o código de moral a ser seguido pelos maçons. O fato de ser um poema possivelmente facilitaria a sua memorização e transmissão oral para outros membros que não fossem letrados.

Nossa análise terá como foco a história lendária. Ela narra, entre outros pontos, como o rei Æthelstan, no século X, supostamente protetor do ofício, teria autorizado a realização das assembleias anuais da ordem. A lenda ainda relaciona os maçons à nobreza, diferenciando seu ofício dos demais.

A seguir, destacamos algumas passagens dessa história:

Aquele que quiser ler e pesquisar
Pode encontrar, contada em um livro antigo,
A história de grandes senhores e belas damas

Que tinham um grande número de filhos muito sensatos,
 Mas nenhum dinheiro para criá-los,
 Na cidade nos campos e na floresta.

Fizeram uma assembleia.
 Por amor de seus filhos para decidir
 Como ganhariam a vida
 Sem preocupação nem angústia com o futuro
 De seus numerosos descendentes que iriam nascer
 Quando eles mesmos fossem apenas cinzas.

Eles iriam buscar os grandes sábios
Para que lhes fossem ensinados bons ofícios.

Nós rezamos, por amor a nosso Senhor,
Para que nossos filhos façam belos e bons trabalhos

Para ganharem a vida,
 Sem dificuldade, mas sim com honestidade e
 sem medo do dia de amanhã

Naquele tempo, por meio da geometria,
Esse honesto ofício que é a maçonaria

Foi concebido

E organizado por uma nobre assembleia de sábios.

Esses sábios, conforme o desejo dos senhores, inventaram a geometria

E a denominaram maçonaria

Para que ela se tornasse o mais belo dos ofícios

[...]

O ofício da maçonaria teve seu início

Quando o sábio Euclides em sua grande sabedoria

Fundou o ofício nas terras do Egito.

Foi em terras do Egito que ele transmitiu
 Seu ensinamento.

Isso durou um longo tempo

Até que o ofício viesse para nosso país.

O ofício chegou na Inglaterra

Quando reinava o rei Athelstan.

[...]

O bom senhor amava o ofício

E empenhava-se para fortalecê-lo,

Pois ele havia observado uma certa fraqueza

Ele ordenou, portanto, que se buscasse no país

Os maçons de ofício

Que foram até ele

Para corrigir essas imperfeições de seus conselhos

Reuniram-se homens de diferentes classes,

Duques, condes, barões,

Cavaleiros, escudeiros e muitos outros,

Do mesmo modo, os burgueses da cidade.

Todos estavam lá, conforme sua classe,

Para definir os estatutos dos maçons.

Eles uniram seus espíritos e desempenharam bem sua tarefa.

[...]

Ordenou-se que anualmente

Uma assembleia seja realizada

Para verificar os erros

Do ofício no país.

Todos os anos ou a cada três anos,

Conforme o caso, será assim

No local por eles escolhido.

Data e local serão fixados, assim como

A localização exata.

Todos os homens do ofício assistirão a ela,

Assim como os senhores,

Para corrigir o ofício.

Todos aqueles que pertençam ao ofício

Deverão jurar manter puros

Os estatutos do ofício

Tal como foram redigidos pelo rei Athelstan.

Esses estatutos, por mim encontrados,
Devem ser respeitados no território,
Fiéis à realeza que devo a minha
Dignidade.
Em cada assembleia
Venham sentar-se junto de seu rei,
A fim de encontrar nele a graça
Para que ela permaneça em vocês.
Eu confirmo os estatutos do rei Athelstan
Que ditou para o ofício. (Manuscrito Halliwell.
In: FERRÉ, Jean. A história da franco-maçonaria
(1248-1782), 2003, p. 40-41, 53, grifo nosso).

A partir da análise dos pontos destacados em negrito, é possível identificar, logo na primeira estrofe, a intenção do autor do texto em elaborar uma origem antiga ao ofício, associá-lo às classes nobres e mencionar a realização de assembleia. Logo em seguida, deixa claro que a maçonaria, que foi organizada por sábios, é o mais belo e honesto dos ofícios, colocando-o acima dos demais. Na terceira estrofe, ao narrar a chegada do ofício na Inglaterra, o autor imediatamente o relaciona ao rei Æthelstan, apresentando-o como protetor do ofício e informando que os estatutos da ordem foram escritos com a participação do rei, da nobreza e da burguesia. Na última estrofe, escreve que a realização das assembleias, para resolver os problemas relacionados aos maçons, fora “ordenada” pelo rei Æthelstan e dela ele participaria junto de todos os membros do ofício.

3.3.2. Manuscrito Cooke

Provavelmente escrito por diversos autores, o Cooke é datado de 1410. De acordo com Ferré (2003), seus autores eram bastante cultos e na redação do texto buscaram mostrar a maçonaria como um ofício nobre e que os construtores não eram em nada inferiores aos sábios.

Além da história lendária, o manuscrito traz o estatuto do ofício e as obrigações de seus membros.

Destacamos a seguir os trechos mais importantes da história lendária para nossa análise:

[...]
É importante que saibam
Que entre todos os ofícios da Terra,
Os ofícios do homem,
A maçonaria tem a melhor reputação,
E que a parte mais bela desse ofício
É a geometria,
[...]

Pois ela [a geometria] foi a primeira ciência.
[...]
Jabel, o filho mais velho [de Lamec],
Inventou a geometria
E a maçonaria
[...]
Caím era seu Mestre Maçom,
[...]
Cam [filho de Noé] queria construir
A torre da Babilônia
Por isso ele ensinou
A seus operários
O ofício da maçonaria.
[...]
Leis foram impostas
Nossos ancestrais
Dentre **os maçons possuíam**
Essas **regras** para eles escritas,
E nós temos agora as nossas,
[...]
[Euclides] Deu-lhe esse nome e a **ensinou**
Aos filhos dos senhores [do Egito]
[...]
E não de outra forma, pois eram
Todos do ofício e todos
De linhagem nobre,
Filhos de senhores.
[...]
Essa arte, excelente
[...] foi importada para a França
[...]
Carlos II [...] tornou-se
Rei da França
[...]
Esse rei Carlos
Foi maçom
Antes de ser rei.
[...]
Ele estimava os maçons, os valorizava,
E lhes deu Deveres
E outros costumes de sua invenção
Que ainda são praticados na França.
Ele lhes disse
Para realizarem assembleias
Uma vez por ano
[...]
Para que Mestres e Companheiros
Pudessem resolver qualquer problema.
Então chegou
Santo Adhabelle **na Inglaterra.**
Ele fez vir **Santo Albano**
[...]
Santo Albano **amava os maçons**
E lhes deu Deveres e Costumes
Na Inglaterra.

Graças a ele,
Eles [os maçons] receberam o salário De seu trabalho.
 Depois dele [Santo Albano] veio um excelente rei
 Da Inglaterra chamado Athelstan. Seu filho mais jovem Amava muito
 A geometria [a maçonaria]
 [...]
 Ele [o filho de Athelstan] [...] aprendeu o ofício
E seus princípios. [...]
Ele era Mestre. Ele amava a maçonaria
E os maçons. Por isso ele próprio tornou-se maçom
E lhes deu Deveres
E costumes que ainda existem
Na Inglaterra
E em muitas outras regiões.
Foi ele [o filho de Athelstan] que ordenou que lhes [aos maçons] fosse dado
Um pagamento razoável.
E obteve do rei a possibilidade para que Realisassem assembleias quando
Julgassem oportunas
Para discutir
Deveres, usos e o ofício.
 [...]
 Refiro-me ao reino de Athelstan,
 Que foi rei da Inglaterra,
 Quando senhores desse país
Entraram em acordo para lutar contra
Os defeitos que haviam maculado o ofício.
Estabeleceram uma regra,
Todos entre si: uma vez por
Ano, ou a cada três anos, conforme a necessidade,
O rei, os senhores do país,
A comunidade das províncias e das
Regiões, poderiam solicitar
Que fossem realizadas assembleias,
Reunindo os Mestres Maçons e os Companheiros
 [...]
 Pois todo empregador é senhor
Daquele que é pago por ele por um serviço
Ou um trabalho (Manuscrito Cooke. In: FERRÉ, Jean. A história da franco-maçonaria (1248-1782), 2003, p. 64-84, grifo nosso).

Assim como vimos no Manuscrito Halliwell, o texto do Cooke procura dar um caráter de antiguidade ao ofício da maçonaria, desta feita citando, entre outros, personagens do Antigo Testamento como co-

nhecedores e propagadores da arte de construção maçônica. As regras que regem o trabalho dos maçons foram estabelecidas já na Antiguidade e, quando, o ofício chega na Inglaterra é acolhido e protegido pelo filho do rei Æthelstan, com regras estabelecidas, entre elas o direito de realização de assembleias e de receber o dalário pelo serviço prestado.

3.4. Os Estatutos de 1425

No ano de 1425, no reinado de Henrique VI, é promulgado o estatuto que, em seu primeiro item, tratava especificamente das assembleias realizadas pelos maçons:

Os maçons não devem se confederar em capítulos e assembleias.

PRIMEIRO, ao passo que pelas **congregações e confederações anuais feitas pelos maçons em seus capítulos gerais e assembleias, o bom curso e efeito dos estatutos dos trabalhadores sejam abertamente violados e quebrados**, em subversão da lei, e para grande dano de todos os bens comuns; (2) nosso referido senhor, o Rei, desejando, neste caso, fornecer remédio pelo conselho e consentimento supracitado, e a pedido especial dos referidos comuns, ordenou e estabeleceu, que tais capítulos e congregações não sejam daqui em diante mantidos, (3) se forem condenados, serão julgados por criminosos. (4) E que todos os outros maçons que vierem a tais capítulos e congregações sejam punidos com a prisão de seus corpos, e sejam multados e resgatados à vontade do rei (The Statutes of Labourers. In: GREAT BRITAIN. The House of Commons of Great Britain, The statutes of the realm, vol. II, 1963, p. 228, tradução nossa; grifo nosso).

4. Considerações finais

Para o historiador inglês Andrew Prescott, a lenda presente no Manuscrito Halliwell, assim como em outros documentos pertencentes às Old Charges, é obra de jovens maçons que buscavam dar legitimidade às assembleias que realizavam. Nessas reuniões reivindicavam a uniformidade e melhora nos salários, além de buscar fortalecer a noção de uma corporação em que todos fossem vistos como iguais, combatendo a estratificação dentro do ofício, algo que se observava

crecente desde o fim da Peste Negra.

A ideia de relacionar a chegada do ofício na Inglaterra a Santo Albano, ao rei Æthelstan e a seu filho, apresentar as regras, que, supostamente, permitiam a realização de assembleias e o direito ao recebimento de um salário justo, como tendo sido definidas por nobres e senhores, buscava dar um caráter "oficial" à maçonaria, identificando os maçons como sendo de linhagem nobre e seu ofício como o mais antigo e honesto entre todos.

Talvez, o desfecho da grande rebelião camponesa de 1381, em que os líderes acabaram sendo executados, tenha indicado que o conflito direto contra as autoridades não seria o melhor caminho para que seus objetivos fossem. Além disso, as especificidades do ofício favoreciam a adoção de um modelo de resistência diferente da rebelião

[...]a atitude de resistência esteve longe de ser generalizada e que foi sobretudo característica do setor das construções, o que, aliás, é compreensível, já que as suas peculiaridades anteriormente referidas (maior mobilidade, facultando evitar regiões onde o zelo das autoridades fosse muito rigoroso; frouxo enquadramento nos quadros corporativos, sendo que as guildas se constituíam em instrumento de controle por parte dos poderes públicos, sobretudo na Inglaterra; longa tradição de comunicações à distância, dando margem a que medidas na defesa do interesse do grupo fossem colocadas em prática inter-regionalmente) facilitavam sua adoção. (SILVA, 1975, p. 132).

Ao que nos parece, o uso das histórias de origem do ofício como mecanismos de resistência às restrições impostas pela legislação trabalhista de Eduardo III, acabou sendo uma escolha acertada. Nesse sentido, o capítulo I dos Statutes de 1425, promulgado no reinado de Henrique VI, pode ser um indicador desse sucesso, uma vez que ele condena especificamente os maçons pela realização de assembleias, consideradas clandestinas, onde se discutiam assuntos relacionados ao ofício. A necessidade de promulgação de uma lei de condenação específica mostra que a maçonaria passou a ser um movimento organizado e perene na defesa dos interesses de seus membros.

5. Referências

DUBY, Georges. *O tempo das catedrais: a arte e a sociedade (940-1420)*. Tradução José Saramago. Lisboa: Estampa, 1979.

FERRÉ, Jean. *A história da franco-maçonaria (1248-1782)*. Tradução Eni Tenório dos Santos. São Paulo: Madras, 2003.

GREAT BRITAIN. The House of Commons of Great Britain. *The statutes of the realm*. Printed by command of his majesty King George the Third, in pursuance of an address of the House of Commons of Great Britain. From original records and authentic manuscripts. Vol. I. Reprinted. London: Dawsons of the Pall Mall, 1963. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=pst.000017915496&view=1up&seq=8&skin=2021>. Acesso em: 16 set. 2021.

GREAT BRITAIN. The House of Commons of Great Britain. *The statutes of the realm*. Printed by command of his majesty King George the Third, in pursuance of an address of the House of Commons of Great Britain. From original records and authentic manuscripts. Vol. II. Reprinted. London: Dawsons of the Pall Mall, 1963. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=pst.000017915526&view=1up&seq=7&skin=2021>. Acesso em: 16 set. 2021.

JONES, G. P. Building in Stone in Medieval Western Europe. In: POSTAN, M. M.; MILLER, Edward (ed.). *The Cambridge Economic History of Europe*, Vol. II, Trade and industry in the Middle Ages. 2 ed. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1987. ch. XI, p. 763-787.

KNOOP, Douglas; JONES, G. P. *The Genesis of Freemasonry*. Manchester: Manchester University Press, 1947. E-Book.

LEGUAY, Jean-Pierre. Urban life. In: JONES, Michael (ed.). *The New Cambridge Medieval History*, Vol. VI, c. 1300 – c. 1415. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2006. ch. 6, p. 102-123.

MACEDO, José Rivair. *Movimentos populares na Idade Média*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

PRESCOTT, Andrew. A history of British Freemasonry 1425-2000. In: *CRFF Working Paper Series* No. 1. Sheffield: CRFF, University of Sheffield, [2008?]

PRESTWICH, Michael. *Plantagenet England: 1225-1360*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

SILVA, Victor Deodato da. Construções e construtores na Baixa Idade Média: em torno da Maçonaria Operativa. *Revista de História*. v. 52, n. 103, p. 109-135, 1975. Vol. 1. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/133146>. Acesso em: 20 jul. 2021.